

A ARTE DE NÃO FAZER: COMPOSIÇÃO SENATORIAL, ELEIÇÃO DE 2026 E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA¹

The art of not doing: the Composition of the Senate, the 2026 Election, and Brazilian Foreign Policy

Vinicius Santos²

¹Este artigo apresenta a arquitetura conceitual do argumento desenvolvido em *O Escudo sob Estresse: Senado, Eleições e Política Externa no Brasil* (Santos, no prelo). O livro dedica capítulos próprios a cada uma das instituições informais aqui tratadas de forma sintética, reconstrói a trajetória completa do escudo desde 1988, e explora as configurações institucionais que este artigo não modela.

²Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: santos.vinicius18@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0907-7832>.

Artigo Recebido em: 17 ago. 2026 | Aceito em: 21 ago. 2026.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

Como o mesmo Senado brasileiro aprova mais de 97% das indicações diplomáticas, deixa o posto de Washington vago por 16 meses e, em 2026, rejeita pela primeira vez desde Floriano Peixoto um candidato ao STF? Argumentamos que a taxa de deferimento formal é medida imperfeita do condicionamento legislativo: capta só o desfecho de uma filtragem que ocorre antes do voto, via três mecanismos informais (antecipação de preferências, beija-mão, hold por omissão) cuja função muda com a composição coalicional do Senado sem que a aprovação registre isso. Com uma simulação Monte Carlo de 50.000 iterações para 2026 (renovação de 54 das 81 cadeiras), mostramos que o colapso institucional (C4) é ausente, enquanto o regime contencioso (C2) chega a 61% de probabilidade e mantém deferimento (91–93%) quase idêntico ao rotineiro (92–93%), descolamento entre alto deferimento e custo real de vacância, atraso e autocensura que a métrica convencional não capta. O achado sugere que taxas de veto subestimam o poder do Legislativo.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Senado Federal. Instituições Informais.

ABSTRACT

How can the same Brazilian Senate approve more than 97% of diplomatic nominations, leave the Washington post vacant for 16 months, and, in 2026, reject a Supreme Court nominee for the first time since the Floriano Peixoto presidency? We argue that the formal confirmation rate is an imperfect measure of legislative constraint: it captures only the outcome of a screening process that takes place before the vote, through three informal mechanisms, anticipation of preferences, beija-mão lobbying, and holds by omission, whose function varies with the Senate's coalition composition without being reflected in confirmation rates. Using a Monte Carlo simulation of 50,000 iterations for 2026 (with 54 of the Senate's 81 seats up for renewal), we show that institutional collapse (C4) is absent, while a contentious regime (C2) reaches a 61% probability and maintains confirmation rates (91–93%) nearly indistinguishable from those observed under the routine regime (92–93%). This divergence between high confirmation rates and the actual costs of vacancy, delay, and self-censorship is not captured by conventional metrics. The findings suggest that veto rates systematically underestimate legislative power.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Federal Senate. Informal Institutions.

1. INTRODUÇÃO

Em 29 de abril de 2026, por 47 votos a 34, o Senado Federal rejeitou a indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal, evento sem precedentes desde o governo de Floriano Peixoto³. Dias depois, Davi Alcolumbre teria prometido à oposição não pautar a próxima indicação de Lula antes das eleições, transformando uma vaga na Corte em instrumento eleitoral⁴.

O episódio pertence à arena judicial, mas revela lógica institucional mais ampla: a disposição de converter prerrogativas antes rotineiras em instrumentos de barganha (Belém Lopes, Carvalho & Santos, 2022). Se o Senado abandonou uma convenção centenária no STF, a deferência observada na arena diplomática pode não refletir ausência de influência, mas a eficácia de mecanismos informais de controle que operam antes do voto (Binder e Maltzman, 2004; Helmke e Levitsky, 2004).

O problema central é por que o mesmo Senado, sob regras constitucionais inalteradas desde 1988, ora modera a política externa, ora tensiona ou paralisa. A literatura sobre veto players (Tsebelis, 2002, Santos, 2025d) descreve a posição estrutural da Casa, mas não explica essa oscilação sem mudança normativa. Nossa hipótese é que a composição coalicional do Senado determina se as instituições informais de confirmação funcionam como lubrificante ou como arma de veto estratégico (Bachrach e Baratz, 1962; Helmke e Levitsky, 2004).

Com as eleições de 2026 renovando 54 das 81 cadeiras, segundo ciclo consecutivo de renovação de dois terços em alta polarização, o Brasil enfrenta um choque institucional (Santos, no prelo). O artigo (i) demonstra que o Senado condiciona a política externa não só por suas prerrogativas constitucionais, mas pelo estado das instituições informais que medeiam seu uso; e (ii) analisa os custos institucionais e diplomáticos (MacDonald, 2021; Jett, 2022; Qin, 2026) desse condicionamento via simulação Monte Carlo de 50.000 iterações em cinco mundos analíticos.

2. A TEORIA DO ESCUDO SOB ESTRESSE

A literatura sobre o Legislativo na política externa brasileira converge em diagnóstico paradoxal: o Senado raramente rejeita indicações a embaixadores, com taxas historicamente superiores a 97% (Spohr, 2019; Santos, Lopes, 2022, Santos, 2022, 2025a). Isso poderia sugerir passividade legislativa, mas essa leitura sofreria de viés de seleção, ignorando a segunda face do poder (Bachrach e Baratz, 1962): a capacidade de impedir que um assunto chegue à arena decisória. Resultados sobre o processo de confirmação de embaixadores nos EUA (Jett, 2022; Haglund, 2022) já apontavam que a alta aprovação formal pode mascarar veto informal e colusão entre poderes (Jacobi, 2005; Lemos e Llanos, 2006; Hollibaugh, 2015, Santos, 2025b).

³Agência Senado. (2026) Indicação de Jorge Messias ao STF é rejeitada pelo Senado. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/04/29/indicacao-de-jorge-messias-ao-stf-e-rejeitada-pelo-senado>

⁴Folha de São Paulo. 'Alcolumbre promete à oposição que indicação de novo ministro do STF caberá a quem vencer eleição'. São Paulo: Folha de S.Paulo, 29 abr. 2026. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/04/alcolumbre-promete-a-oposicao-que-indicacao-de-novo-ministro-do-stf-cabera-a-quem-vencer-eleicao.shtml>.

Nossa proposta é que a taxa de aprovação formal é medida enganosa da influência legislativa: captura apenas o resultado de um processo de filtragem que ocorre antes do voto, via instituições informais (Helmke e Levitsky, 2004; Santos, 2022; Haglund, 2022, Santos, 2025c) cuja função depende da composição coalicional do Senado deslocando a pergunta de “por que o Senado aprova quase tudo?” para “sob quais condições o mesmo processo produz resultados distintos?”.

Sustentamos essa mudança na distinção entre veto player e escudo institucional. O Senado é veto player cujo consentimento é necessário para mudar o status quo, classificação estrutural que descreve capacidade (bloquear), não comportamento (bloquear quando, e por quê) (Tsebelis, 2002). Um escudo institucional, por sua vez, é definido por sua função sistêmica de moderar e estabilizar o sistema, diluindo volatilidade e criando inércia (Pierson, 2004; Bulmer, 2009; Esposito e Becker, 2023), o desenho do Senado garante a capacidade de moderar, não o exercício dela.

Um escudo capturado por uma coalizão confrontacional continua sendo o mesmo veto player que era antes (Tsebelis, 2002): nenhuma regra formal muda, mas sua função moderadora se deteriora. A rejeição de Messias ocorreu sem colapso da coalizão de governo, o que mudou não foi a moeda de troca distributiva, foi a disposição do Senado em usar prerrogativas que sempre teve. É essa variação na função sistêmica, e não na posição estrutural, que H1–H3 (Seção 2.3).

2.2. As Três Dimensões do Escudo e as Hipóteses do Argumento

A capacidade de um escudo institucional de absorver choques depende de três dimensões. Duas, temporal e procedimental, são estáveis entre eleições, não mudaram entre 1994 e 2026, logo não explicam a variação observada, apenas a moderam (Esposito e Becker, 2023). A terceira, a coalicional, é a única que muda de eleição para eleição.

A dimensão temporal (mandatos de oito anos, renovação alternada de 1/3 e 2/3) cria inércia: parte do Senado permanece fixa entre eleições (Pierson, 2004; Bulmer, 2009; Esposito e Becker, 2023), um caso de layering institucional (Streeck e Thelen, 2005). Essa lógica fundamenta a primeira hipótese:

H1 (Efeito amortecedor do estoque remanescente). O estoque de senadores remanescentes classificados como pró-sistema em relação ao status quo institucional modera o efeito da composição dos novos assentos sobre o regime pós-eleitoral: quanto maior esse estoque, menor a variação de regime associada a variações equivalentes na proporção de blocos antissistêmicos entre os novos assentos, condicionalmente ao ocupante do Executivo.

Essa lógica se inverte em ciclos de renovação de dois terços sob alta polarização: a inércia deixa de diluir o choque e passa a concentrá-lo, pois o estoque remanescente já não é predominantemente cooperativo, mas produto de eleição anterior já polarizada. Na dimensão procedimental, prerrogativas exclusivas sobre STF, embaixadores e impeachment (Arts. 52, 49,

CF/88), cria fricção via sabatinas, quóruns e prazos; não gera hipótese própria, apenas condiciona H2 e H3.

A dimensão coalicional, distribuição partidária, polarização, disposição cooperativa ou confrontacional, é a única que varia entre eleições e a variável explicativa central deste artigo (Howard e Hughes, 2022). Dela derivam:

H2 (Composição determina o regime). Sob Executivo pró-sistema, quanto maior a proporção de blocos antissistêmicos (O/P) na composição pós-eleitoral, menor a probabilidade de regime Rotineiro (C1) e maior a probabilidade de regime de estresse (C2 ou C3). Sob Executivo antissistêmico, a mesma relação se inverte parcialmente: uma maioria antissistêmica no Senado desativa o escudo em vez de ativá-lo, produzindo um regime que a tipologia dos quatro níveis não classifica, o escudo inexistente (Hollibaugh, 2015; Howard e Hughes, 2022).

H3 (Efeito da fragmentação intra-campo). Mantida constante a força numérica agregada de um campo confrontacional, sua fragmentação interna (múltiplos blocos O e P não coordenados) reduz a probabilidade de captura ideológica do escudo (C3) em relação a um cenário de coordenação plena do mesmo campo.

A captura da dimensão coalicional por coalizão confrontacional transforma a fricção procedimental em instrumento de confronto (Mahoney e Thelen, 2010).

2.3. Quatro Níveis de Estresse e o Mecanismo de Transição

A combinação dessas três dimensões, sobretudo a coalicional, produz quatro níveis de funcionamento do escudo, com regimes de confirmação diplomática distintos (Tabela 2). A classificação dos blocos como cooperativos (G), opositores institucionais (O) ou populistas confrontacionais (P) é relacional ao ocupante do Executivo: uma bancada confrontacional sob um presidente pode ser base governista sob outro. Sob a premissa de reeleição de Lula em 2026, essa classificação se estabiliza: os blocos O e P são O e P em relação a um novo mandato de Lula, e a distribuição empírica dos regimes.

Tabela 2: Tipologia dos Níveis de Funcionamento do Escudo e Regimes de Confirmação Diplomática

Escudo	Cenário	Condições de Ativação	Manifestações na Política Externa
1. Funcional	Rotineiro	Coalizão fragmentada ou cooperativa; baixa polarização.	Aprovações por maioria ampla; critérios centrados na qualificação; Brasil como parceiro previsível.
2. Tensionado	Contencioso	Oposição organizada com polarização crescente; uso estratégico das regras.	Atrasos em sabatinas; retenção de tratados como sinal político; vacâncias pontuais; custo de credibilidade moderado.

3. Capturado	Ideológico	Coalizão confrontacional dominante; rejeição das normas informais de contenção.	Rejeição de indicados por critérios ideológicos; seletividade de tratados por identidade; autocensura do Itamaraty; credibilidade deteriorada.
4. Colapsado	Bloqueado	Coalizão confrontacional com maioria para agenda própria; confronto aberto entre poderes.	Bloqueio sistemático; paralisia diplomática; hold declarado publicamente. (Cenário não observado na simulação para 2026).

Fonte: Farias de Souza, Santos, 2014, MacDonald, 2021; Jett, 2022, Perlmutter, 2025; Qin, 2026, Santos, 2026b. *Elaboração própria.*

As transições entre níveis ocorrem em três etapas, onde H2 e H3 operam: um choque político altera a distribuição de poder no Senado; esse choque se traduz, ou não, em mudança de composição efetiva e a nova composição altera o registro em que operam as instituições informais (Helmke e Levitsky, 2004).

O beija-mão, que produz legibilidade mútua entre indicado e Senado (Santos, 2022; Adewale, 2026), continua operando sob composição confrontacional, mas em registro adversarial. O *hold* por omissão muda de função mais drasticamente: deixa de sinalizar dúvida e passa a instrumento de barganha (Perlmutter, 2025).

Três casos ilustram os mecanismos: a antecipação de preferências (Lemos e Llanos, 2006) no caso de Eduardo Bolsonaro, cogitado mas nunca indicado para Washington (Santos, 2022); o *hold* por omissão no caso do embaixador Raymundo Magno (Bolívia, 2013–2015), que aguardou dois anos por decisão da CRE (Santos, 2026); e o beija-mão cooperativo na ministra Eliana Calmon (STJ, 1999), que construiu apoios em gabinetes antes da sabatina, o regime que H2 prevê sob estoque remanescente cooperativo.

3. O CHOQUE DE 2026: CENÁRIOS E CUSTOS PROSPECTIVOS

3.1. A Magnitude do Evento

As eleições de 2026 renovam 54 das 81 cadeiras, a maior exposição possível dentro do desenho constitucional, com apenas 27 assentos fixos: o menor estoque remanescente possível, reduzindo ao mínimo a margem de amortecimento de H1. O que a simulação testa, sob essa condição fixa, é a composição dos 54 novos assentos (H2) e a coordenação intra-campo dos blocos confrontacionais (H3)^{5 6}.

Duas razões reforçam porque 2026 é a condição mais severa disponível. Primeiro, este é o segundo ciclo consecutivo de renovação de dois terços: em 2022, os 27 remanescentes de 2018

⁵ *Intercept Brasil*. (2025) Onde estão as 16 cadeiras que podem dar a maioria do Senado à extrema direita em 2026. *The Intercept Brasil*, 20 mar.. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/03/20/onde-estao-as-16-cadeiras-que-podem-dar-a-majoria-do-senado-a-extrema-direita-em-2026/>. (Acesso em: 5 jul. 2026).

⁶ *Intercept Brasil*. (2025) Será muito difícil. Esquerda pode sumir com a invasão da extrema direita no Senado em 2026, 21 mar.. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/03/21/esquerda-invasao-extrema-direita-senado-2026/>. (Acesso em: 5 jul. 2026).

atuaram como amortecedores, consistente com H1 sob composição cooperativa; em 2026, os remanescentes são o próprio Senado que já rejeitou Messias, o estoque que H1 prevê como amortecedor já não é predominantemente cooperativo. Segundo, o contexto é de polarização⁷, com um dos campos demonstrando disposição explícita para usar as prerrogativas do Senado como instrumento de confronto, condição de ativação que a Tabela 2 associa aos regimes Ideológico e Bloqueado⁸.

3.2. Simulação Prospectiva: Como estimar um futuro sem prever o futuro

Empregamos uma simulação Monte Carlo de 50.000 iterações (10.000 por mundo) em cinco mundos analíticos, Baseline (A), Onda Opositorista (B), Onda Populista (C), Coordenação Perfeita (D1) e Autofagia (D2), construídos por um pipeline de seis etapas que garante configurações internamente coerentes, testando H2 (composição determina o regime) e H3 (paradoxo da fragmentação) em relação à segunda administração Lula.

A simulação modela a composição do Senado combinando os 27 remanescentes de 2022, fixos em G=6, O=11, P=4, C=6, com 54 novos senadores sorteados probabilisticamente segundo a distribuição de cada mundo, classificados em G (Governista-Moderado), O (Opositorista Institucional), P (Populista-Radical Anti-Checks) e C (Centrista Transacional)⁹.

Cada iteração é classificada em um dos quatro cenários (C1–C4) por uma regra sequencial que prioriza o cenário mais grave: (i) se $(n_P + n_O)$ atinge 54 com maioria populista, Colapso; (ii) se atinge 41 e $n_P > n_O$, Realinhamento; (iii) se $n_O \geq 28$ ou n_P ultrapassa um limiar predefinido, Conflito; (iv) caso contrário, Continuidade.

Computamos ainda três índices de estresse, institucional, judicial-diplomático e constitucional, como funções lineares ponderadas das proporções de blocos e da polarização normalizada.¹⁰ A taxa de deferimento diplomático é calculada por interpolação linear entre duas âncoras empíricas: 100% no período de cooperação plena (2003–2014) e 63% no de maior atrito (2019–2021), documentadas em Santos (2022) e nos registros da CRE. A inclinação resultante (–0,367 sobre a proporção do bloco P) garante consistência¹¹ com esses dois pontos de calibração¹² empírica.¹³

⁷ Intercept Brasil. (2025) 'Fazer uma limpa'. Poderes exclusivos e impeachment no STF: por que a extrema direita quer tomar o Senado em 2026 <https://www.intercept.com.br/2025/03/10/poderes-exclusivos-e-impeachment-no-stf-por-que-a-extrema-direita-quer-tomar-o-senado-em-2026/>

⁸ Exame. (2026) PL e MDB concentram mais pré-candidatos competitivos ao Senado. Exame, São Paulo, 20 jun.. Disponível em: <https://exame.com/brasil/pl-e-mdb-concentram-mais-pre-candidatos-competitivos-ao-senado/>

⁹ Seguindo critérios operacionais explicitados no Apêndice A do livro.

¹⁰ Com coeficientes justificados no Apêndice B do livro a partir da literatura de erosão democrática (Helmke, 2002; Kapiszewski, 2012; Levitsky & Ziblatt, 2018).

¹¹ Replicável a partir do repositório de material suplementar.

¹² O código completo em R, incluindo o script run_all.R executável com set.seed(42), reproduz integralmente os 50.000 resultados, as figuras e os apêndices técnicos.

¹³ Testes de sensibilidade sobre os pesos dos índices confirmam que o ranking dos quatro cenários, Continuidade e Conflito dominam, Realinhamento é raro, Colapso é estruturalmente ausente, permanece estável sob variações paramétricas moderadas.

3.4. O Custo¹⁴ de Cada Cenário para a Política Externa

A conexão entre regime institucional e política externa se dá pelos custos (MacDonald, 2021; Jett, 2022; Qin, 2026) que cada regime impõe, custos que, dado C4 estruturalmente ausente, se concentram quase inteiramente na diferença entre C1 e C2: o achado mais consequente deste artigo é que mesmo o cenário mais provável de estresse (C2, até 61% de probabilidade) mantém taxa de deferimento de 91–93%, quase indistinguível dos 92–93% do regime Rotineiro.

Em C1, o custo é o da diplomacia regular: o Brasil mantém credibilidade como parceiro previsível. Em C2, o custo é de fricção crescente, não de ruptura visível e é exatamente esse descolamento entre taxa de deferimento alta e custo real que a métrica tradicional não captura. Vacâncias diplomáticas prolongadas (como os 16 meses de Washington sem embaixador) e autocensuras do Itamaraty, que deixa de submeter tratados que sabe que serão bloqueados e que, portanto, nunca aparecem em qualquer estatística de rejeição, corroem silenciosamente a credibilidade (MacDonald, 2021; Jett, 2022; Qin, 2026). O Brasil não perde a capacidade de agir, mas perde tempo, acesso e confiança, com taxa de deferimento formal praticamente idêntica à do regime cooperativo, paralelo à experiência americana descrita por Jett (2022), em que a demora na confirmação, mesmo quando a aprovação é certa, já gera custos diplomáticos.

CONCLUSÃO

Este artigo vai na contracorrente da leitura do Senado como ator passivo, mas de forma mais específica que uma simples inversão de sinal: sua taxa de aprovação formal permanece alta mesmo nos cenários de maior estresse simulados para 2026, mas essa taxa é a medida potencialmente errada para a captura de estresse institucional. Ela captura apenas o resultado de um processo de filtragem informal (antecipação de preferências, beija-mão, hold por omissão) cuja função varia com a composição coalicional da Câmara Alta, sem que regra formal ou taxa de aprovação registrem a mudança.

O achado mais consequente é o descolamento entre taxa de deferimento e custo real: o regime Contencioso (C2), com probabilidade de até 61% para 2026, mantém taxa (91–93%) quase indistinguível do Rotineiro (92–93%), impondo custos de vacância, atraso e autocensura que nenhuma métrica de aprovação registraria. A literatura de política externa comparada, ao operacionalizar condicionamento legislativo por taxas de veto, subestima o poder do Legislativo em presidencialismos de coalizão, pois mede o desfecho de um processo cujo ponto de maior influência ocorre antes do voto.

Mesmo o regime mais raro carrega essa lição de forma mais aguda: em C3 (Ideológico), o custo desloca-se de fricção para realinhamento, política externa pautada por alinhamento ideológico, não interesse, com recuperação de credibilidade que leva anos. Essa escala de custos,

¹⁴ O fenômeno não é exclusivo do Brasil. No sistema americano, Jett (2022) documenta como embaixadores podem aguardar meses ou anos por uma confirmação, período em que as “cadeiras vazias” prejudicam a capacidade de influência dos EUA.

crescente entre C1, C2 e C3, é o que uma métrica de aprovação formal jamais registraria: a estabilidade da política externa brasileira está ligada não ao Senado enquanto instituição formal, mas ao estado de seu escudo informal, que pode se deteriorar sem alteração de regra e sem rejeição visível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adewale, S. (2026) 'Diplomacy as Patronage: Ambassadorial Appointments, Elite Politics, and State Power in Nigeria'. *African Studies Quarterly*, 24(2), 1-18.

Bachrach P; Baratz M. S. (1962) 'Two Faces of Power'. *American Political Science Review*, 56(4):947-952. DOI:10.2307/1952796.

Belém Lopes, D.; Carvalho, T.; Santos, V. (2022) 'Did the far right breed a new variety of foreign policy? The case of Bolsonaro's "More-Bark-Than-Bite" Brazil'. *Global Studies Quarterly*, 2(4), ksac078.

Bermeo, N. (2016) 'On democratic backsliding'. *Journal of democracy*, 27(1), 5-19.

Binder, S. A.; Maltzman, F. (2004) 'The limits of senatorial courtesy'. *Legislative Studies Quarterly*, 29(1), 5-22.

Bulmer, S. (2009) 'Politics in Time meets the politics of time: historical institutionalism and the EU timescape'. *Journal of European public policy*, 16(2), 307-324.

Duque, M. G. (2018) 'Recognizing international status: A relational approach'. *International Studies Quarterly*, 62(3), 577-592.

Esposito, F.; Becker, T. (2023) 'The time of politics, the politics of time, and politicized time: an introduction to chronopolitics'. *History and Theory*, 62(4), 3-23.

Farias de Souza, A. L. C; Santos, V. S. (2014) *A análise da política externa do governo Dilma Rousseff na perspectiva dos pronunciamentos oficiais na ONU*.

Ginsburg, T.; Huq, A. Z. (2020) *How to save a constitutional democracy*. University of Chicago Press.

Haglund, E. T. (2022) 'Competition or Collusion? How Presidents and the Senate Evade or Enforce Statutory Requirements for Ambassadorial Nominees'. *Congress & the Presidency*, 49(3), december, pp. 363-383, Routledge, DOI:[10.1080/07343469.2021.2009056](https://doi.org/10.1080/07343469.2021.2009056).

Helmke, G.; Levitsky, S. (2004) 'Informal institutions and comparative politics: A research agenda'. *Perspectives on politics*, 2(4), 725-740.

Hollibaugh Jr, G. E. (2015) 'The political determinants of ambassadorial appointments'. *Presidential Studies Quarterly*, 45(3), 445-466.



Hollibaugh Jr, G. E. (2016) 'Presidential appointments and public trust'. *Presidential Studies Quarterly*, 46(3), 618-639.

Howard, N. O.; Hughes, D. A. (2022) 'Revisiting senatorial courtesy and the selection of judges to the US Courts of appeals'. *Political Research Quarterly*, 75(1), 61-75.

Jacobi, T. (2005) 'The senatorial courtesy game: explaining the norm of informal vetoes in advice and consent nominations'. *Legislative Studies Quarterly*, 30(2), 193-217.

Jett, D. C. (2021) *American Ambassadors: A Guide for Aspiring Diplomats and Foreign Service Officers*. Springer Nature.

Kim, M.; Fu, S. (2025) 'Bringing Home the Bacon: Politician Ambassadors and Home State Trade'. *World Politics*, 77(2), 382-417.

Lemos, L. B.; Llanos, M. (2006) *The politics of senatorial confirmations: a comparative study of Argentina and Brazil* (No. 22). GIGA Working Papers.

Levitsky, S.; Ziblatt, D. (2018) *Como as democracias morrem*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

MacDonald, P. K. (2021) 'Are You Experienced? US Ambassadors and International Crises, 1946–2014'. *Foreign Policy Analysis*, 17(4), orab02

Mahoney, J.; Thelen, K. (Eds.). (2009) *Explaining institutional change: Ambiguity, agency, and power*. Cambridge University Press.

Niklasson, B.; Jezierska, K. (2024) 'The politicization of diplomacy: a comparative study of ambassador appointments'. *International Affairs*, 100(4), 1653-1673.

Perlmutter, J. (2025) 'The President's Foreign Policy Appointment Power Is Being Undermined'. *Columbia Journal of Transnational Law*, 63, 542.

Pierson, P. (2004) *Politics in time: History, institutions, and social analysis*. Princeton University Press.

Qin, T. (2026) *Diplomatic Gaps and Global Finance: How US Ambassadorial Vacancies Affect Bilateral Portfolio Investment Positions*.

Santos V (2022) *Disputas e dissonâncias na política externa brasileira: Presidentes, burocracia e o legislativo na Nova República*. Repositório Institucional da UFMG.

Santos, V.; Lopes, D. B. (2022) 'Confirmação: o lugar do Senado Federal na política externa brasileira da Nova República'. *Dados*, 66(4), e20200243.

Santos, V. (2025a) 'Before the alarm sounds: How parliaments manage silence, salience, and control in foreign affairs'. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 68(1), e012.

Santos, V. (2025b) 'Inside the Fog: Assessing Foreign Policy Expertise in the Brazilian Federal Senate'. *Dados*, 68(3), e20240038.

Santos, V. (2025c) 'Do Palácio dos Arcos às Salas de Comissão: como o Senado agenda, informa e fiscaliza a Política Externa Brasileira'. *Carta Internacional*, 20(2), e1606.

Santos, V. S. (2025d) 'Por que não eu? Em busca de uma análise de política externa legislativa no Brasil'. *Mural Internacional*, 16.

Santos V. (s.d.) *O escudo sob estresse: Senado, eleições e política externa no Brasil*. s.n., no prelo.

Santos V. (2026a) *Gatekeeping by Silence: How Committee Chairs Control Ambassadorial Confirmations*. Trabalho apresentado no Congresso da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Belém.

Santos, V. (2026b) 'SenatebR: Collecting Data from the Brazilian Federal Senate'. *Dados*, 69, e20240080.

Scoville R. M. (2019) 'Unqualified ambassadors'. *Duke Law Journal*. Oct 1; 69(1):71-196.

Spohr AP. (2019) 'Parliamentary supervision of brazilian foreign policy: an analysis of approval of authorities'. *Brazilian Political Science Review*, 13(3): e0004.

Streeck, W.; Thelen, K. (editors). (2005) *Beyond continuity: Institutional change in advanced political economies*. Oxford University Press; mar 10.

Tsebelis G. (2002) *Veto players: How political institutions work*. Princeton University Press; dec 31.

Waterman R.W.; Bretting, J.; Stewart, J. (2015) 'The Politics of US Ambassadorial Appointments: From the Court of St. James to Burkina Faso'. *Social Science Quarterly*, jun; 96(2):503-22.